

Literatura e transformação da sociedade no debate intelectual brasileiro: dos “modernistas” de 1870 aos modernistas de 1922

Luciana Murari*

Resumo

Este texto analisa rupturas e continuidades no processo intelectual brasileiro entre 1870 e a década de 1930, buscando integrar o exame da produção cultural do país à compreensão da dinâmica política do período. Como questões fundamentais para este estudo, apresentam-se o nacionalismo, a modernização sócio-econômica e a configuração das estruturas de poder, num momento em que a ruptura com a tradição colonial do país e o imperativo de sua sincronização com o capitalismo internacional dividiam a intelectualidade entre diferentes projetos de reforma cultural, social e política, e diferentes concepções acerca da identidade nacional. A partir destas linhas amplas, pretende-se compreender o movimento das idéias no Brasil, em sua complexa relação com os grandes dilemas da modernidade e com uma demanda de renovação da produção artística.

Palavras-chave

Intelectualidade; modernismo; literatura brasileira; nacionalismo

Abstract

This article intends to analyze Brazilian intellectual process from 1870 to the 1930s, from the viewpoint of its disruptions and continuities. The main objective is to provide an overview of the country's cultural production, towards a broader understanding of the dynamics of this period. Subjects like nationalism, socio-economic modernization and political structures are here of main interest, as well as the break of colonial past and the urge to synchronize the country to international capitalist order. This process gave origin to deep discussions on national identity, and to different projects of cultural, social and political reform. From this wide-ranging perspective, this paper aims to understand the movement of ideas and the complex relationship between modernity and renewal of artistic production in Brazil.

Key words

Intellectuality; modernism; Brazilian literature; nationalism.

* Doutora em História Social (USP, 2002). Professora no Centro de Ciências Humanas e no Programa de Pós-graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul.

A PARTIR DE 1870, a sociedade brasileira experimentou profundas transformações no sentido da modernização institucional, e que conduziram, ao fim, à derrocada da ordem monárquica: foi o ano do fim da Guerra do Paraguai, símbolo da mobilização das forças do Império, e da fundação do Partido Republicano, primeiro sinal da agremiação das novas elites pela transformação do regime de governo; foi o ano do início do ministério reformista do Barão do Rio Branco, que, entre outros feitos, estabeleceu as diretrizes do processo de abolição gradual da escravatura; e foi também a referência para a criação da chamada “escola do Recife”, grupo de intelectuais reunido em torno da influência de Tobias Barreto na Faculdade de Direito do Recife e que, genericamente, viria a denominar uma tradição intelectual conhecida como a “geração de 1870”. (Carvalho, 1999, p. 83-85) Esta representou, certamente, uma imensa transformação na vida intelectual brasileira, à medida que o padrão até então em vigor, ancorado na tradição filosófica eclética, nos padrões da escola romântica e na influência do pensamento católico e metafísico, é substituído pelo moderno conhecimento europeu, abrindo espaço para a difusão, no país, de doutrinas progressistas, transformistas, evolucionistas, o que dinamizou a percepção da realidade brasileira e forneceu à intelectualidade novos instrumentos teóricos para sua abordagem. (Carvalho, 1989, p. 303-308) Inicia-se, a partir da ação dos intelectuais da nova geração, um longo processo de revisão da história, da cultura e da formação do povo brasileiro, ancorado em uma visão de mundo racionalista e naturalista, que partia do princípio da similaridade entre as leis naturais e as leis sociais, e da possibilidade de identificar as dinâmicas coletivas a partir de princípios, conceitos, doutrinas e esquemas científicos baseados na assimilação analógica da vida social à natureza.

Por ocasião da Proclamação da República, escreveu Euclides da Cunha, um dos mais célebres herdeiros desta tradição intelectual, que “a revolução já estava feita”, pois já se havia concretizado no campo da atualização do conhecimento: “Porque, na realidade, o que houve foi a transfiguração de uma sociedade em que penetrava pela primeira vez o impulso tonificador da filosofia contemporânea”. (Cunha, 1946, p. 309; 308) Esta afirmação demonstra o poder transformador atribuído às idéias e o pressuposto de seu protagonismo na condução dos rumos da história, noção que encaminharia os letrados da época a se atribuírem uma função messiânica, engajados maciçamente nas batalhas da Abolição e/ou da República. É bastante conhecida, mas pouco compreendida, a definição de José Veríssimo, na sua “História da Literatura Brasileira”, publicada em 1916, que atribui à geração de 1870 o rótulo de

“modernismo”. De fato, ao enumerar as escolas científicas que chegaram ao país na onda cientificista, o crítico evocava o moderno conhecimento científico que representava a emergência, no contexto brasileiro, de uma racionalidade iluminista, na definição de Barros (1986). E, sobretudo, o novo instrumental teórico-metodológico representado pela assimilação das escolas naturalistas de pensamento – com destaque para os positivismos, o evolucionismo spencerista e o darwinismo, este último também em sua vertente sociológica – abria espaço para a formação de uma disposição entusiástica, renovadora e autoconfiante entre a intelectualidade brasileira: “Na ordem mental e, particularmente literária, os seus efeitos se fizeram sentir numa maior liberdade espiritual e num mais vivo espírito crítico”. (Veríssimo, 1981, p. 234)

Deve-se compreender, neste sentido, que a afirmação do paradigma intelectual da geração de 1870 representou uma ruptura com a visão de mundo estática e continuísta associada às origens monárquicas lusas, estabelecendo, pelo contrário, uma aguda percepção do processo histórico e das transformações estruturais da realidade brasileira, somada à subversão das noções de tempo e de distância, relacionada às novas tecnologias de transporte e de comunicação – o que acendia o problema da linguagem e da possibilidade de representação de um mundo cada vez mais fluido e mais inseguro. De fato, desde as últimas décadas do século XIX, aceleram-se os intercâmbios culturais, econômicos e produtivos do Brasil com os países da vanguarda capitalista, processo que se radicaliza em conjunto com os grandes marcos da transformação histórica no Brasil: a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, entre 1888 e 1889, haviam cavado um fosso entre o Brasil do passado e o Brasil do futuro. O presente era, portanto, um momento de crise, de prestação de contas, de tomada de consciência, do desafio da construção de um novo país, tida como inevitável face à expansão capitalista, simultaneamente desejada e lamentada. É também um momento de medo do desconhecido e da nostalgia das realidades que, mesmo imediatamente observáveis na vida contemporânea, agora eram tradução do passado, sinônimo, alternativamente, de tradição e de decadência. Esta percepção da mudança histórica e de um contínuo deslocamento do sensível fraturava a representação do real, insuflando o sentimento de perda dos referenciais temporais e espaciais que guiavam a percepção do mundo, o que nos permite pensar a modernidade de um contexto cultural simultaneamente progressista, romântico, naturalista, mistificador e idealista. Esta produção textual não é exclusiva do meio urbano – onde mais imediato era o contato com a técnica, com os maquinismos, com a cultura européia e os novos modelos de comportamento que tudo

isto inspirava – pois, de forma aparentemente paradoxal, a representação dos espaços selvagens e do mundo rural era lócus privilegiado de criações literárias em que real e imaginário se sobrepunham, e em que se multiplicavam os sinais de um dilema insolúvel entre a visão afetiva da tradição e sua repulsa instantânea. De fato, não há contradição entre o instinto romântico de acumulação patrimonial da tradição e o projeto racionalista de modernização – pois, pelo contrário, ambos participam da criação da cultura moderna, que converte a vivência das comunidades ditas “pré-modernas”, fluxo contínuo de recriação e circulação das narrativas da experiência, em um estoque de dados simbólicos a serem incorporados à cultura moderna, à produção escrita e à criação erudita de saber e de arte. (Murari, 2009) É o que a teórica francesa Anne-Marie Thiesse denomina “a modernização do passado”. (Thiesse, 2009) Na cultura brasileira do final do século XIX, o que mais se observa é o trânsito, o diálogo e o obscurecimento da fronteira entre a visão nostálgica e a visão transformadora da realidade. É o que demonstra um artigo de Francisco Foot Hardman que pode ser tomado como referência para as recentes revisões da produção intelectual dita “pré-modernista”: a historiografia, privilegiando a dimensão da vanguarda artística como índice de modernidade cultural, obscureceu o significado deste movimento de idéias, mantendo-o entre o esquecimento descuidado e a repetição do já dito, ao submetê-lo ao discurso “demolidor” do vanguardismo e pressupor um salto no escuro que, evidentemente, obscurece as continuidades culturais em nome da absolutização do sentido de ruptura que, de fato, é importante, mas não é único. (Hardman, 289-305)

Vale a pena, nessa perspectiva, refletir sobre o sentido do regionalismo na produção literária brasileira, uma vez que o gênero condensou, desde os últimos anos do século XIX, as pretensões nativistas da produção literária no Brasil, conformando-se como tendência de longa duração na cultura do país. O regionalismo tem sido, em geral, muito mal visto pela tradição historiográfica, imediatamente associado ao conservantismo das elites devotadas a um culto romantizado, reconfortante e escapista da tradição, em oposição à mudança social modernizadora. (Lajolo, 1998, p. 297-328) Seria ainda necessário somar a tudo isto a recorrência de uma visão derrisória do homem rural, simplório e desprovido de individualidade, por uma literatura superficial, decorativa e/ou bucólica. Afasta-se, sobretudo, a percepção das possibilidades de comunicação desta literatura com a emergência da percepção do moderno. Algumas leituras são recomendáveis para desfazer esta visão genérica, entre elas “Sertão”, de Coelho Neto, de 1896, uma das obras fundadoras do gênero em sua versão realista-

naturalista, matriz não apenas de uma tradição narrativa memorialística associada à afirmação do sertão como espaço por excelência da evocação da origem primordial do ser brasileiro, como de uma representação perturbadora e fantasmagórica do meio rural como espaço de resistência da barbárie, frente ao desejo de modernidade que é parte constituinte da cultura do Brasil pós-1870. O sertão orientalizado de Coelho Neto, em comunicação com as modas literárias do *fin-de-siècle*, foi criticado por sua absoluta falta de cor local, (Brito Broca, 1958) o que argumenta a favor da necessidade de ampliação das perspectivas críticas face ao gênero, tido como demasiadamente estreito e simplório: dá-se, de fato, a criação de um símbolo que fez história na literatura brasileira, o “sertão” como espaço mítico-poético em que dimensões várias e contraditórias se entrecruzam, e que é capaz de dispensar a especificidade geográfica à medida que se converte em microcosmo da condição humana – via de acesso do local ao que poderíamos chamar de universal, em seu trânsito contínuo entre o humanismo e a barbárie.

Autores tão diversos como Coelho Neto, Afonso Arinos e Cornélio Pires devem ser, assim, reconhecidos como fundadores de uma corrente de longo fôlego na cultura brasileira, e, neste sentido, é possível conectá-los à mais ousada reelaboração do patrimônio cultural regionalista pela literatura brasileira, o “Grande sertão: veredas”, de Guimarães Rosa, que retoma a dimensão narrativa direcionada para a oralidade, o poder descritivo calcado no estabelecimento de uma conexão mimética da sensibilidade humana como o mundo natural, a veia memorialística fundada na percepção da profunda quebra de continuidade temporal, representada pela modernidade, e a dimensão transcendente, que emergem desta escrita, em sua representação dos conflitos humanos em situações de colapso da ordem estabelecida pelo costume. (Rosa, 1986) Além disto, em prol das possibilidades complexas de acomodação do gênero às questões capitais da vida pública de sua época, é necessário observar o significado do regionalismo, desde os últimos anos do século XIX, como expressão por excelência da plataforma nacionalista na cultura brasileira. Num sentido mais estrito, as potencialidades políticas do gênero devem ser destacadas, por exemplo, em um romance como “Ruínas vivas”, de Alcides Maya, publicado em 1910, expressão literária de um discurso político em que nada cheira a conformismo e alienação – e que na verdade os denuncia –, ainda que se possa questionar, certamente, o quão longe o autor estaria disposto a ir em sua denúncia das nulas perspectivas de desenvolvimento e de inserção do povo pobre do meio rural em decadência, em face do processo de modernização

produtiva que derruía as bases da tradicional sociedade gauchesca, mas que até então se mostrava incapaz de incorporar estas populações à institucionalidade moderna. (Maya, 1910)

A visão regionalista assumiu os propósitos nacionalistas e confundiu-se com eles durante grande parte da República Velha, mas sobreviveria a ela por sua própria capacidade mimética, por ser o gênero, geralmente tido como um discurso repetitivo, o depositário contraditório de uma multiplicidade de vertentes, da memorialística até a denúncia social, passando pela reflexão sobre a modernização produtiva, a narração das práticas cotidianas, o acento etnográfico, a descrição paisagística e a visão nostálgica. Há, decerto, diversos pontos de contato entre esta geração “modernista”, inspirada pelos naturalismos do fim do século XIX e a geração modernista propriamente dita, ou seja, o modernismo paulista de 1922: ambas caracterizavam-se por notável espírito crítico frente aos problemas da contemporaneidade, ao mesmo tempo em que representavam o combate aos ícones da produção cultural do país, a atualização e a sincronização com as tendências européias, o interesse e o desenvolvimento aprofundado dos estudos brasileiros, a percepção das transformações do sensível pela imposição de novos modos de vida, a perspectiva nacionalista – defensiva e/ou cultural – e a apologia de reformas sociais e políticas. Em comum têm, também, o fato de tratar-se de movimentos culturais primordialmente eruditos, o primeiro por seu apelo à linguagem científica, o segundo por demandar um público de ampla informação cultural. (Martins, 1978)

De fato, a historiografia brasileira reconhece que o período entre 1870 e 1914 poderia ser visto como o de criação das bases intelectuais, políticas e institucionais para a modernização conservadora dos anos 1930, pois a geração de 1870, ao buscar compreender a nacionalidade e modelá-la a partir do saber científico, assumiu um tom autoritário, em sua defesa do poder messiânico da elite letrada, capaz de ditar os rumos do processo de transformação social frente a uma sociedade fragmentária, inconsciente, inculta e retrógrada, ao mesmo tempo em que demonstrava, desde já, uma capacidade de percepção do moderno e de seu impacto sobre a experiência cotidiana. Tema privilegiado nos debates sobre a nacionalidade era o reconhecimento da identidade mestiça do país, ainda que a partir de um ponto de vista hierárquico que afirmava a superioridade do branco e investia na perspectiva de transformação do perfil étnico da população, como forma de garantia de progresso, frente à ameaça representada pelas populações não-brancas, tidas como potenciais empecilhos à implantação de uma moderna civilização capitalista no país. (Murari, 2007, c. 3) Ser moderno era, para a

geração de 1870, buscar descrever a identidade nacional a partir do uso do referencial teórico fornecido pela ciência européia, em suas diversas correntes naturalistas. Alguns aspectos do nacionalismo da geração de 1870 têm clara continuidade no modernismo paulista, como, por exemplo, os estudos sociológicos de Sílvio Romero sobre o folclore e o cancionário popular, em busca da ligação entre a cultura letrada e a não-letrada, prenúncio do que, posteriormente, seria realizado por Mário de Andrade, no sentido da recopilação do patrimônio cultural popular, em perspectiva analítica. (Velloso, 2003) Neste sentido, a figura de Graça Aranha, elemento de comunicação entre a Escola do Recife e o modernismo paulista deve ser destacada, uma vez que alguns fundamentos filosóficos de suas obras “Canaã”, “A estética da vida” e “O espírito moderno” foram efetivamente incorporados à visão modernista sobre a identidade nacional brasileira e sobre sua representação cultural, sobretudo no que diz respeito à formação de uma visão intuitiva em que a via de acesso à universalidade é identificada com o nacionalismo. (Paes, 1992, Moraes, 1978)

Embora a inquietação nacionalista não tenha sido significativa entre os intelectuais do núcleo modernista de São Paulo no período anterior a 1924, o nacionalismo fazia parte do “espírito do tempo”, absorvido pelas fórmulas regionalistas. (Martins, 1978, p. 35-45) Pode-se mesmo dizer que o primeiro tempo do modernismo foi um interregno cosmopolita num período marcado pela ansiedade patriótica, que apontava para demandas reformistas generalizadas. Este espírito se aguça a partir de 1914, relacionado à guerra européia e às preocupações quanto à defesa nacional, mas o regionalismo já era então uma estética difusa e o mais consagrado meio de expressão da brasilidade. Neste ano surge um dos maiores símbolos da literatura brasileira, o Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, simultaneamente uma crítica ao nacionalismo ufanista da fórmula regionalista em suas manifestações mais ingênuas e um manifesto nacionalista, ao pregar o redirecionamento das atenções dos letrados brasileiros para os problemas fundamentais do país, no caso o desmatamento, a miséria das populações rurais e a precariedade das técnicas agrícolas. Ao denunciar o “caboclisto” como reedição da fórmula indianista, Lobato ataca um certo regionalismo idealizante e um certo entusiasmo pueril pelo elogio da origem sertaneja, que demonstravam a disseminação do gênero e sua incorporação a visões auto-congratatórias em torno da origem sertaneja. (Lobato, 1982a, b) Dificilmente poderíamos considerar ufanistas, entretanto, os contos de “Pelo sertão”, influentíssima coletânea de Afonso Arinos, ou as histórias terríficas, patéticas e melodramáticas de Coelho Neto, talvez o mais estimado autor

regionalista no seu tempo – objeto das reverências de Simões Lopes Neto, Alcides Maia e Roque Callage, por exemplo, para ficarmos no caso do regionalismo gaúcho. A crítica de Monteiro Lobato ao regionalismo deve ser mais bem compreendida, uma vez que sua própria produção literária é de cunho regionalista e remete à influência de escritores como Cornélio Pires e Valdomiro Silveira. Ou seja, sua crítica ao gênero não é, e nem poderia ser, generalizada, uma vez que a mistificação, a visão pastoral ou ufanista em direção ao “ancestral” caboclo não é uma constante no gênero em sua fase realista-naturalista, dedicada sobretudo à representação das relações antagônicas entre o homem e o ambiente no meio rural. (Murari, 2009, c. 2)

A historiografia tradicional do regionalismo tende a diminuir sua importância como veículo de uma concepção nacionalista de cultura, por assimilar o regionalismo exclusivamente a uma visão superficial, bucólica, pitoresca e zombeteira do mundo rural, para o consumo de elites internacionalizadas, que seriam na verdade alienadas e desinteressadas da realidade brasileira. Assim, foi legado a intelectuais como Euclides da Cunha, Monteiro Lobato e Graça Aranha o rótulo de profetas do modernismo, como se tudo o mais em sua época fosse “literatura de salão”. Se, desde o final do século XIX, o regionalismo incorporava a intuição nativista na cultura brasileira, o período pós-1914 assiste a um reforço do nacionalismo, bandeira comum que unia diferentes gerações em torno de um ideário político defensivo e difuso partilhado tanto por militares quanto por civis, e que se concretizava na campanha pelo serviço militar obrigatório. (Brito Broca, 1991, p. 347-349) No contexto da decadência da República Velha, a denúncia de seus desvios e de sua corrupção acendiam o espírito reformista. A guerra trouxe o sentimento do fim de uma era, e com ele a percepção de que mudanças seriam necessárias, e todas elas passavam pelo nacionalismo. (Carone, 1972) Em 1915, a Sociedade de Cultura Artística promoveria, no Teatro Municipal de São Paulo, como comemoração à palestra “Lendas e Tradições Brasileiras”, de Afonso Arinos, espetáculos de dança e música pastoril, com a participação dos mais ilustres membros da elite paulistana, muitos deles futuros patrocinadores e entusiastas do Movimento Modernista de 1922. O tradicionalismo deste evento demonstraria já os rumos que futuramente seriam adotados pelos modernistas, bastante inclinados ao culto das tradições nacionais, como se pode perceber, exemplarmente, pela famosa caravana a Ouro Preto. (Martins, 1978, Sevcenko, 1992) Já havia, portanto, na sociedade paulistana, uma abertura para o que mais tarde seria realizado pelo nacionalismo modernista, que, por vezes, assumia o viés tradicionalista.

Posteriormente, neste mesmo espírito, em 1916, é fundada por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon a Liga de Defesa Nacional, no Rio de Janeiro; na mesma cidade, estudantes das escolas superiores criam a “Colmeia”, sociedade de propaganda do nacionalismo promotora de conferências sobre o Brasil – as primeiras são de Roquette Pinto, Medeiros e Albuquerque e Olavo Bilac. Em 1917, é fundada a Liga Nacionalista, em defesa da soberania nacional, da unidade, do voto secreto, e da formação militar. Esta se mostra capaz de mobilizar grupos urbanos e de conferir componente ideológico ao cenário político, ao mesmo tempo em que limita as revoltas operárias, em sua defesa cívica da ordem e contra a anarquia social, em prol de uma ética nacionalista incorporada à educação da juventude. O mais comum neste período era a perspectiva da “salvação nacional”, uma regeneração genérica dos costumes políticos que não questionava as instituições, que se acreditava mal-compreendidas, mas o rumo que tomaram, o que já demonstra o espírito dos movimentos da década de 1920 em torno do tenentismo. Esta perspectiva da redenção nacional é nítida nos textos de “Problema vital”, de Monteiro Lobato, em que o fatalismo da suposta condição de inferioridade racial do Jeca Tatu é substituído pelo discurso mobilizador e salvacionista, voltado para a recuperação das populações rurais, doentias e, portanto, curáveis, pelas mãos do poder público representado pela medicina sanitária. (Lobato, 1946) De fato, esta inquietação política em torno do ideário nacionalista soma-se à mudança do paradigma literário, já que, desde a segunda metade da década de 1910, era amplamente reconhecida a falência do Parnasianismo e do Simbolismo, e a necessidade de uma nova arte, dado o escapismo e o artificialismo das fórmulas poéticas identificadas com estas escolas. (Martins, 1969)

Também na historiografia, no ensaísmo, na biografia, os estudos de temas brasileiros se intensificam. As revoluções tenentistas de 1922 e 1924 abalaram a Primeira República, abrindo uma linha questionadora voltada para a reforma institucional e a crítica aos costumes políticos. Neste contexto, intensificam-se as publicações relacionadas a temas brasileiros, não apenas na literatura. As perspectivas salvacionistas que fundamentaram os movimentos políticos dos anos 1920 eram embasadas por dois ideólogos de alta circulação entre a população letrada. O primeiro era Alberto Torres, que publicou suas principais obras em 1914, e que abriu os caminhos para a defesa da centralização do poder e da adoção de um amplo programa de revisão das instituições políticas, em torno de um projeto de defesa da célebre “vocação agrícola” do país, ou seja, uma concep o de que o Brasil, por suas condi es

antropogeográficas, estaria destinado a devotar-se ao setor primário, no contexto da divisão internacional do trabalho. Além disto, defendia-se a resistência às mudanças tecnológicas relacionadas à expansão mundial do capitalismo, ainda que fundamentado na adoção de técnicas científicas de produção agropecuária adequadas às condições do meio brasileiro. Seu programa era, portanto, simultaneamente anti-modernizador e tecnológico, mas, sobretudo, apologista de um nacionalismo extremado e defensivo que influenciou as gerações seguintes, tanto em suas correntes políticas de esquerda quanto de direita. Radicalizava-se a perspectiva anti-cosmopolita, face à ampliação da influência do capital estrangeiro no país. O segundo doutrinador da reforma institucional brasileira, Oliveira Viana, foi também um defensor da formação de um Estado forte que submetesse os poderes locais à ação disciplinadora e regeneradora de uma política anti-liberal, contrária à democracia eleitoral em favor da afirmação da autoridade centralizada. Oliveira Viana, ainda que saudosista do meio rural, pode ser, sem dúvida, considerado um doutrinador da “modernização autoritária” que o Brasil passaria a experimentar no período varguista, sendo um dos principais ideólogos do regime e um dos artífices de seu aparato legal e institucional de cunho autoritário, corporativo e tutelador. (Torres, 1978, 1982, Vianna, 1952)

Certamente, a vida moderna tem uma profunda afinidade com o meio urbano e a civilização industrial, mas a República, fortemente assentada no poder das oligarquias agrárias, manteve seu apego às raízes rurais, claras no lugar-comum da “vocação agrícola”. Da mesma forma como o pensamento de Oliveira Viana, voltado para a psicologia das coletividades, era a formula o sociológica do universo mental regionalista, em sua descri o da forma o brasileira a partir dos núcleos populacionais do interior, o regionalismo era a expressão literária da ênfase no meio rural pela classe política, o que mais uma vez demonstra a necessidade de compreender as manifesta es culturais do período em consonância com a dinâmica política de sua época. Tanto Alberto Torres quanto Oliveira Viana nutriam a nostalgia do tradicional Brasil agrário e provinciano, o primeiro defendendo sua recupera o, o segundo consciente da inexorabilidade da moderniza o. O culto das tradi es brasileiras na obra de Oliveira Viana tem uma de suas principais manifesta es no artigo “Minas do Lume e do Pão”, em que o jurista demonstra seu afeto pelos costumes rurais característicos do Brasil colonial, a seu ver extintos após a Aboli o da Escravatura, que teria destruído as costumeiras formas de organiza o social, familiar e produtiva no campo. Este texto pode ser lido como um discurso regionalista por excelência, em seu “culto da saudade”,

dirigido ao que seria o Brasil originário, autêntico, propriamente característico da fundação da identidade nacional. (Vianna, 1920) De fato, Viana e Torres renunciavam o espírito reformista e a demanda política pelos governos fortes, idéias generalizadas nos anos 1920, também em âmbito internacional, num período de crise do liberalismo doutrinário.

No contexto da vida cultural brasileira, as relações entre o modernismo paulista e o regionalismo são, entretanto, complexas e conflituosas. No início da década de 1920, focalizando, sobretudo, a cidade cosmopolita, o modernismo paulista condena o passado romântico, realista, parnasiano, e alguns de seus representantes lançam fogo contra o regionalismo literário em moda, segundo eles contrário ao progressismo de São Paulo. O caipira era sinônimo de atraso e obscurantismo, sendo o regionalismo uma forma de culto à tradição que não se adequava ao espírito avançado dos paulistas. Em seu ataque ao regionalismo, Cândido Mota Filho criticava o Jeca Tatu, segundo ele fruto de um falso realismo inspirado pela herança francesa e portuguesa. Dizia ainda que não havia sentido nacionalista em sua busca de retratar o brasileiro a partir dos tipos doentes do interior. Tem-se aí um exemplo de como a figura de Jeca Tatu, questionamento da tradição literária que conduzia à idealização da situação brasileira, foi, muitas vezes, mal-compreendida e tomada pelo contrário do que realmente significava em termos de crítica cultural, símbolo da marginalização de Monteiro Lobato pelo núcleo modernista, apesar dos significativos pontos de confluência entre ambos ou, talvez, justamente por causa deles. (Landers, 1988) Menotti del Picchia – apesar de ter escrito Juca Mulato dentro da tradição do regionalismo, e em sua inflexão mais conformista –, também se diz contrário a ela, definindo-a como um sentimentalismo voltado para uma raça que, para ele, estava ainda em transformação, no sentido de converter-se em um povo forte com a inclusão de novos elementos e a pujança da sociedade industrial. (Brito, 1978) A recusa do regionalismo pelos modernistas pode ser associada também ao fato de que a figura de Monteiro Lobato era marcante na sociedade paulistana do início dos anos 1920, reunindo em torno de si uma nova geração de intelectuais identificados com o gênero (Martins, 1969, p. 64) Além disso, o pessimismo da geração realista-naturalista, em sua pretensão de produzir um retrato fiel do meio social brasileiro, entrava em choque com a visão ufanista que os entusiastas do progresso paulistano esforçavam-se por exprimir, num momento em que São Paulo assumia a liderança na vida cultural brasileira, papel que o grupo modernista trabalhou para consolidar.

Os fenômenos observados na política, na cultura e na sociedade devem, portanto, ser compreendidos como aspectos de um processo amplo de questionamento da dinâmica brasileira no primeiro período republicano, face ao controle estrito exercido pelas oligarquias dominantes, à generalização da fraude e da violência política, que garantiam o continuísmo, ao agravamento da chamada “questão social”, ao fortalecimento das camadas médias e à instabilidade inerente aos arranjos políticos em vigor. Tudo isto contribuiu para fortalecer a mística do modernismo paulista como síntese dos impulsos de atualização social então candentes na vida brasileira. Nas palavras de Getúlio Vargas, “as forças coletivas que provocaram o movimento revolucionário do Modernismo na literatura brasileira, que se iniciou com a Semana de Arte Moderna, em 1922, em São Paulo, foram as mesmas que precipitaram, no campo social e político, a revolução de 1930.” (apud Brito, 1997, p. 22-23) Curiosamente, entretanto, a mais entusiástica manifestação em prol do espírito revolucionário dos jovens militares que participaram da primeira grande aventura tenentista, a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, veio do anti-modernista por excelência Coelho Neto, figura emblemática do que se convencionou tomar como a generalizada atitude de alienação das elites culturais estrangeirizadas em relação à realidade nacional. Prócer do regionalismo – embora este papel tenha sido em geral minimizado pela crítica e pela historiografia literária – este escritor, que fazia também as vezes de político conservador, não se negou a escrever um ardoroso elogio dos rebeldes, apesar da censura à imprensa que impediu que o texto fosse publicado no seu costumeiro periódico, o “Jornal do Brasil”. A crônica “A aventura radiante” acabou sendo divulgada pelo jornal “A Nação”, dirigido por Leônidas de Resende e Pedro Motta Lima, engajado na doutrinação reformista. (Oliveira, 1985, p. VI-VII) Enquanto isso, alguns dos mais proeminentes modernistas paulistas mantinham suas ligações com o Partido Republicano Paulista: Menotti del Picchia era redator do “Correio Paulistano”, órgão oficial do Partido, enquanto Oswald de Andrade, próximo à elite dirigente, escrevia um poema de saudação à vitória de Júlio Prestes nas eleições que o opuseram a Getúlio Vargas, e cujo complexo desenrolar conduziu à Revolução de 1930. (Brito, 1997, Oliveira, 1985, VII)

A partir de 1924, sobretudo, o modernismo paulista, até então concentrado na renovação dos procedimentos da linguagem por meio da sincronização da cultura brasileira com as vanguardas européias, assume de forma definitiva a plataforma nacionalista, passando a traduzir artisticamente a inquietação política de seu tempo. Isto

não significa que o modernismo tenha passado a convergir com a tendência regionalista, pelo contrário, uma vez que se fazia mister ao movimento paulistano impor sua própria concepção de cultura nacional, o que dependia da deslegitimação do projeto nacionalista das gerações anteriores e da condenação de seu suposto alheamento em relação às questões nacionais, idéia que acabou por ser assimilada pela própria historiografia da literatura brasileira. Paralelamente, as contradições da consciência modernista e suas profundas clivagens políticas internas viriam à tona, neste ano e nos seguintes. Em 1924, é publicado o “Manifesto da poesia pau-brasil”, em que Oswald de Andrade inclinava o movimento de 1922 para a esquerda, ao defender o culto da tradição popular do país em face da índole bacharelesca das elites intelectuais, ao mesmo tempo reforçando a visão generalizante, propriamente nacionalista, dos elementos culturais do país: “O Carnaval no Rio é o acontecimento religioso da raça”, reafirmando “a formação étnica rica” que a geração de 1870 havia já estabelecido como o cerne da identidade brasileira, o que demonstra o jogo pendular entre ruptura e continuidade no nacionalismo modernista. Não por acaso, Oswald de Andrade destaca, no manifesto, a figura de Rui Barbosa, como símbolo do “lado doutor” que representava a “fatalidade do primeiro branco aportado e dominando politicamente as selvas selvagens”. (Andrade, 1972) Rui Barbosa pode, sem dúvida, ser tomado não apenas como emblema do legado intelectual da geração que precedera a onda modernista, como um dos principais artífices do padrão lingüístico estabelecido por ela, padrão retórico, preciosista, consumido entre as filigranas do bem-dizer erudito. Por outro lado, Rui Barbosa havia também sido um dos responsáveis pela repercussão significativa da obra de Monteiro Lobato, elogiado durante a campanha de Barbosa à presidência da República, em 1919, por sua crítica às práticas políticas corruptas do regime, à precariedade das condições de vida do trabalhador e pela influência deletéria das lideranças políticas locais. (Barbosa, 1919)

A radicalização dos rumos do movimento modernista em relação aos grupos até então hegemônicos entre a intelectualidade brasileira pode ser simbolizada pela palestra “O espírito moderno”, de Graça Aranha, pronunciada na Academia Brasileira de Letras neste mesmo ano de 1924, movida pela idéia-força de que o nacional era a via de acesso à universalidade artística, argumento que propiciava a convergência da proposta nacionalista com as demandas de representatividade da cultura do país em âmbito internacional: “O regionalismo pode ser um material literário, mas não o fim de uma literatura nacional aspirando ao universal. O estilo clássico obedece a uma disciplina

que paira sobre as coisas e não as possui. Ora, tudo aquilo em que o Universo se fragmenta é nosso, são os mil aspectos do Todo, que a arte tem que recompor para lhes dar a unidade absoluta. Uma vibração íntima e intensa anima o artista neste mundo paradoxal que é o Universo brasileiro (...).” (Aranha, 1969) Evento tomado como marco da decisiva ruptura do modernismo com o academicismo, a palestra de Graça Aranha contribuiu, com seu simbolismo, para a exacerbação da perspectiva historiográfica que tendeu a exagerar a incomunicabilidade entre a pretensamente alienada geração parnasiano-simbolista e a iconoclasta geração modernista.

Enquanto o modernismo acentuava seu discurso nacionalista, o tenentismo também se radicalizava e se dividia em grupos antagônicos, o que tornava clara a precariedade do equilíbrio político alcançado durante a Primeira República, implantando uma espécie de consciência generalizada da necessidade de transformação social. Ainda que não houvesse clareza a respeito dos mecanismos de ruptura e do rumo a ser assumido, o peso crescente das forças urbanas e a insatisfação de setores não-hegemônicos, mas proeminentes, das oligarquias estaduais, tornavam crescente a percepção do colapso iminente do regime, o que se fazia acompanhar por uma acentuação da postura nacionalista do movimento e, simultaneamente, de rupturas mais expressivas no interior da plataforma cultural modernista. O ano de 1924 seria ainda marcado pelo impacto da Revolução de 5 de julho, de Miguel Costa e Isidoro Dias Lopes, potencializado pela expansão do fascismo e do comunismo e as lutas operárias. De fato, não há como divorciar o redirecionamento dos rumos do modernismo no sentido de um programa explicitamente nacionalista, que não escondia sua veia autoritária, desta crescente inquietação social. (Carone, 1970, p. 396) Em 1925, o Verdeamarelismo assume preocupação política explícita, pois Plínio Salgado, Candido Mota Filho, Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo, com o apoio do Partido Republicano Paulista, passam a defender explicitamente o fortalecimento do poder, o nacionalismo radical, a defesa da síntese e a conjunção arte-economia-sociedade, causando intensa polêmica. Significativa desta corrente “à direita” do modernismo é a adoção de uma postura defensiva em relação à influência do estrangeiro e do imigrante, o elogio irrestrito da origem lusitana da sociedade brasileira, a postura ufanista traduzida num elogio irrestrito das virtudes nacionais, em oposição à veia mais crítica voltada à denúncia dos males sociais brasileiros. Simetricamente oposta ao grupo de Oswald de Andrade, e dividindo com ele sua abordagem sintética e intuitiva da brasilidade, esta vertente do modernismo não deve, entretanto, ser tratada como um

desvio patológico em sua trajetória, e sim como uma das derivações possíveis da concepção filosófica do nacionalismo estético expressa por Graça Aranha, como demonstrou Eduardo Jardim de Moraes. (1978) Em 1927, por sua vez, o Verdeamarelismo transmuta-se no grupo da Anta, deixando clara sua proposta política de cunho autoritário. Outros grupos, entretanto, far-se-iam ouvir: em 1926, ocorrera no Recife o Congresso Brasileiro de Regionalismo, que não possuía, entretanto, uma plataforma especificamente artística, centrando-se no culto ao folclore e às tradições populares, assumindo um caráter nitidamente tradicionalista e um viés aristocrático. (D'Andrea, 1992) Num período de dinamização, atualização e iminente internacionalização dos paradigmas culturais, somadas à decadência da oligarquia pernambucana, o elogio da pureza da tradição luso-brasileira desenvolvida na civilização do açúcar sob a influência da escravidão negra representava um repto voltado à defesa da hegemonia cultural de Pernambuco, em âmbito regional e nacional.

Posteriormente, em 1928, o grupo Pau-brasil passa à Antropofagia, e a proposta se dissemina pelo país. (Moraes, 1978, Martins, 1969) Mário de Andrade publica “Macunaíma”, seu “herói sem caráter”, que parecia refletir a inquietação de Sílvio Romero em sua “História da Literatura Brasileira”: ambos os autores já iniciam sua busca da identidade nacional pela conclusão de que esta não existia, sobretudo em função da multiplicidade anárquica de elementos étnicos discrepantes em processo de fusão, numa sociedade heterogênea em que a adoção da institucionalidade moderna não representava sua efetiva absorção, nem conduzia a um efetivo compromisso com uma mudança social. Neste mesmo ano, Mário de Andrade explicita sua recusa do regionalismo, segundo ele contrário ao espírito de nacionalidade, por corrompê-lo e por delimitar um espaço demasiadamente acanhado para a expressão da brasilidade, como expresso em artigo publicado no Diário Nacional, de São Paulo, em 14 de fevereiro de 1928: “Regionalismo este não adianta nada nem para a consciência da nacionalidade. Antes a conspurca e depaupera-lhe estreitando por demais o campo de manifestação e, por isto, a realidade. O regionalismo é uma praga antinacional. Tão praga como imitar a música italiana ou ser influenciado pelo estilo português”. (apud Leite, 1994, p. 669) Esta negação do regionalismo dá a exata noção do sentido agregador que passa a ser atribuído à cultura nativista, o que explica a negação da fórmula centrada na descrição da “cor local” e dos aspectos pitorescos das comunidades tradicionais em decadência, com ênfase em sua diferença, tradução da riqueza brasileira pela variedade de seus aspectos. Mário de Andrade traria uma abordagem diversa da cultura nacionalista, não

apenas com relação à geração anterior, mas também em relação a seus pares, ao retomar a abordagem analítica do patrimônio brasileiro, sem recusar a perspectiva científica, a pesquisa sistemática e o trabalho metódico de coleta das manifestações culturais populares.

Podemos, a título de especulação, atribuir a esta plataforma cultural nacionalista, em suas diversas vertentes, um nítido sentido político. Certamente não é coincidência que o período de auge do federalismo no Brasil, a República Velha, tenha correspondido, no plano literário, também ao auge do que seria o federalismo literário, ou seja, o regionalismo. Certamente, o aguçamento da noção de autonomia dos estados favorecia a intercessão dos referentes identitários associados à região com o instinto nativista que brotava do próprio sentimento de perda associado à percepção das transformações sociais características do processo de modernização. A década de 1920 assiste a uma desmoralização das formas de democracia até então em voga, com a defesa do fortalecimento da autoridade e da centralização do poder, o que era uma tendência não apenas associada à política de direita, mas também um aspecto do programa das esquerdas. Podemos imaginar que o intenso questionamento do regime oligárquico ao fim daquela década, assim como o descrédito crescente das fórmulas liberais, tenha contribuído para a formação de uma visão unitarista e centralizadora da cultura nacional que, de fato, será energicamente empreendida pelo governo de Getúlio Vargas. A partir daí é possível compreender a correspondência entre o simbolismo da cerimônia da queima das bandeiras dos estados, por ocasião da implantação do Estado Novo, em 1937, e o sentido nacionalizante das ações culturais e educativas patrocinadas pelo estado varguista, que implantou as diretrizes da difusão de uma idéia da brasilidade lastreada pelo culto da tradição e pela homogeneização dos referentes simbólicos da identidade brasileira. Exponentes importantes do modernismo participaram deste processo. (Pécaut, 1990, c. 1)

No caso do Rio Grande do Sul, é neste contexto de debate nacionalista, de questionamento do paradigma regionalista e de intensa perturbação do cenário político da República Velha que o modernismo passa a fazer parte do debate cultural. O modelo literário regionalista não perdeu sua força, e acabou por ser incorporado pelos modernistas do estado, na forma do que seria um “Regionalismo renovado”. Ainda que as linhas desta renovação não sejam muito claras, é certo que os jovens intelectuais gaúchos simpáticos ao modernismo tinham contato com as novidades literárias do Brasil e do mundo, e que viram no nacionalismo modernista uma forma de legitimação

da tendência ao nativismo literário já bem estabelecida na vida cultural do estado, doravante, como sabemos, sob o signo de Simões Lopes Neto, ainda que a influência do modernismo paulista no Rio Grande do Sul seja objeto de discussão. (Leite, 1972, p. 221-291) Além disso, no período seguinte à Revolução Assisista de 1923, a ruptura dos canais de controle político e da rede de compromissos que alimentava as facções sustentadoras do poder de Borges de Medeiros permite o crescimento das vertentes oposicionistas (Antonacci, 1981). Abrem-se, portanto, perspectivas inéditas em um sistema até então marcado pela marginalização das oposições e pela violência dos conflitos políticos, o que reforça o regionalismo e acaba por dar vazão a representações mais entusiásticas e mais mobilizadoras do espírito gauchesco, claramente contaminadas por uma plataforma ufanista e combativa, assim como pelo espírito renovador e anti-academicista do modernismo.

É o que se observa na célebre polêmica entre Moysés Vellinho (sob o pseudônimo Paulo Arinos) e Rubens de Barcellos, acerca da obra de Alcides Maya, nas páginas do jornal “Correio do Povo”, entre agosto de 1925 e setembro de 1926. O primeiro defende a superação do modelo alcidiano, altamente influenciado pelo padrão retórico estabelecido por Coelho Neto e Rui Barbosa, mas sua argumentação acaba por adquirir um sentido paradoxal: ao mesmo tempo em que defende a renovação da produção literária do estado, e a superação dos signos da decadência impressos na obra de Maya, em sua descrição do impacto das transformações sociais na Campanha gaúcha, o crítico veicula uma leitura conservadora das potencialidades do gênero, que deveria retomar seu tom mais pletórico e propagandístico. Ao contrário do sentido político denunciador e crítico impresso por Maya através de sua observação realista do tradicional universo gauchesco, de acordo com tese defendida por Meyer, que o toma como precursor do “romance social” (1960, p. 113-141), tem-se no caso de Vellinho uma explícita defesa da instrumentalização ideológica do gênero, que assumiria papel fundamental na mobilização das forças culturais do estado em prol de uma renovação política que, na concepção do crítico, partiria do próprio Partido Republicano Rio-Grandense, doravante sob a liderança dos novos expoentes relacionados à dita “geração de 1907”, termo cunhado por Joseph Love para definir o então emergente grupo de jovens políticos do Partido (Love, 1975, c. 10). O sinal mais claro disto é que, enquanto a obra de Maya insistia na defesa de uma ruptura definitiva entre presente e passado, representada pelo advento da modernidade produtiva e institucional, Vellinho se esforça por afirmar a incondicional continuidade do presente com o passado, ou seja, a

possibilidade de imediata comunicação do heróico passado do Rio Grande do Sul com a contemporaneidade: “Não sabemos distinguir o presente do passado. Pela identidade do seu ânimo e do seu caráter, ambos se fundem num mesmo tempo. (...) Quando é tempo, quando lhe ferem o amor-próprio, ele [o gaúcho] destrói os aramados e restabelece os primitivos latifúndios, reconstruindo, num repente de loucura e de heroísmo, o cenário das velhas batalhas. Nada de esmorecimentos. A capacidade heróica do gaúcho é sempre a mesma”. (Vellinho, 1979, p. 85-87)

A história da renovação literária no Rio Grande do Sul e no Brasil passaria, entretanto, na década de 1930, pela retomada da tradição regionalista, doravante em nova inflexão. Já em 1928, “A Bagaceira”, de José Américo de Almeida, imprimia novos significados ao gênero, que assumia a vanguarda das inquietações sociais manifestadas já na década anterior. Nacionalismo e regionalismo convergiam, novamente. No caso sul-rio-grandense, em meio a uma copiosa vertente gauchesca de cunho encomiástico, esta nova linha regionalista-realista exprime-se, sobretudo, a partir de 1937, com a publicação de “Sem rumo”, de Cyro Martins, primeiro volume da célebre “Trilogia do gaúcho a pé”. Em texto datado de 1944, e posteriormente incluído na introdução a este romance, Martins faz uma espécie de prestação de contas com o regionalismo gaúcho, oferecendo tributo à tradição literária e restabelecendo a perspectiva genética da historiografia do gênero, através de uma análise lúcida das modificações históricas experimentadas no meio social do estado, do impacto do modernismo sobre sua intelectualidade, das possibilidades estéticas e analíticas do regionalismo – embora, ele próprio, preferisse denominar sua obra de “localista”. (Martins, 1997)

Ao fim, este olhar retrospectivo nos permite refletir sobre o longo e tortuoso percurso durante o qual a percepção da modernidade e as demandas de atualização da vida intelectual do país e de sua sincronização com os avanços do capitalismo avançado passaram a galvanizar as mentes cultas do país, sobretudo a partir da década de 1870. A expressão das demandas modernizantes e as inquietações relacionadas à inserção do Brasil no universo cosmopolita da modernidade industrial deram origem a expressões as mais diversas, das quais nacionalismo e regionalismo foram linguagens privilegiadas, por parte de homens cultos que, sob o signo da atualização das matrizes hermenêuticas da produção intelectual e, portanto, da adoção dos paradigmas europeus e norte-americanos, buscaram definir e criar os símbolos da idiosincrasia brasileira. As polêmicas e contradições em que se envolveram os homens de letras não foram poucas,

e são elas mesmas sinais da complexa acomodação entre os impulsos contraditórios da permanência e da transformação num país de origem colonial, ainda a prestar contas com um passado que era, simultaneamente, a chancela de sua identidade.

Referências

- ANDRADE, Oswald de. *Manifesto da poesia Pau-brasil*. In: TELES, Gilberto de Mendonça. *Vanguarda Européia e Modernismo Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- ANTONACCI, Maria Antonieta Martinez. *RS: as oposições e a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- BARBOSA, Ruy. A questão social e política no Brasil. *Revista do Brasil*, São Paulo, v. 10, n. 40, p. 381-241. abr. 1919.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo, Convívio/Edusp, 1986.
- BRITO BROCA. Coelho Neto, romancista. In: *Coelho Neto: obra seleta*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1958. p. 3-26.
- _____. De Catulo ao Jeca Tatu. In: _____. *Naturalistas, parnasianos e decadistas: vida literária do realismo ao pré-modernismo*. Campinas: Unicamp, 1991, p. 346-350.
- BRITO, Mário da Silva. *História do modernismo brasileiro: antecedentes da semana da arte moderna*. 5. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978.
- _____. Era modernista. In: Coutinho, Afrânio (org.) *A literatura no Brasil*. v. 5. São Paulo, Global, 1997. p. 4-42.
- CARONE, Edgard. *A República Velha: evolução política*. São Paulo: DIFEL, 1970.
- CARVALHO, José Murilo de. Brasil 1870-1914: a força da tradição. In: *Pontos e bordados*. Escritos da história e política. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999. p. 83-129.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. República brasileira: viagem ao mesmo lugar. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, 1989. p. 303-321.
- CUNHA, Euclides da. Da independência à República. Esboço político. In: _____. CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. 6. ed. Porto: Lello e Irmão, 1946. 1. ed. 1909. p. 213-309. D'ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta: o pensamento do Gilberto Freyre no contexto das manifestações culturais e/ou literárias nordestinas*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- HARDMAN, Francisco Foot. Antigos modernistas. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 289-305.
- LAJOLO, Marisa. Regionalismo e história da literatura: quem é o vilão da história? In: *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: USF/ Editora Contexto. p. 297- 328 1998.
- LANDERS, Vasda Bonafini. De Jeca a Macunaíma. Monteiro Lobato e o modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

LEITE, Lígia Chiappini Moraes. *Modernismo no Rio Grande do Sul*. Materiais o seu estudo. São Paulo: IEB, 1972.

_____. Velha Praga? (regionalismo literário brasileiro). In: *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura: a emancipação do discurso*, Ana Pizarro (Hrsg.), São Paulo, Memorial da América Latina, Unicamp, 1994. p. 665-702.

LOBATO, Monteiro (a). Urupês [1914]. In: *Urupês*. 27. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. 1. ed. 1918. p. 145-155.

_____. (b) Velha praga [1914]. In: *Urupês*. 27. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. 1. ed. 1918. p. 139-144.

_____. Problema Vital. In: _____. *Mr. Slang e O problema vital*. São Paulo: Brasiliense, 1946. p. 221-340. 1. ed. 1918.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MARTINS, Cyro. Visão crítica do regionalismo. [1944] In: *Sem rumo*. Trilogia do gaúcho a pé 1. 6ª. ed. Porto Alegre: Movimento, 1997. p. 14-30.

MARTINS, Wilson. *A literatura brasileira: o modernismo (1916-1945)*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1969.

_____. *História da inteligência brasileira*. v. VI. (1915-1933). São Paulo: Cultrix; Edusp, 1978.

MAYA, Alcides. *Ruínas vivas*. (Romance gaúcho). Porto: Lello & Irmão, 1910.

MEYER, Augusto. Alcides Maya. In: *Prosa dos pagos*. 1941-1959. Rio de Janeiro: São José, 1960. p. 113-141.

MORAES, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MURARI, Luciana. *Brasil, ficção geográfica: ciência e nacionalidade no país d'Os sertões*. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. *Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)*. São Paulo: Alameda Editorial; Fapesp, 2009 (no prelo.)

PAES, José Paulo. *Canaã e o ideário modernista*. São Paulo: Edusp, 1992.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 29. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

THIESSE, Anne-Marie. *La modernisation du passé au XIX^e siècle*. Austin, 29 out. 2005. <http://www.utexas.edu/cola/insts/france-ut/archives/Fall2005/thiesse.pdf>. Acesso em 09/01/2009.

TORRES, Alberto. *A organização nacional: primeira parte – a constituição*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1978. 1. ed. 1914.

_____. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. 4. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982. 1. ed. 1914.

VELLINHO, Moysés. O papel da nova geração. In: CHAVES, Flávio Loureiro. (org.) *O ensaio literário no Rio Grande do Sul (1868-1960)*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; Brasília: INL, 1979. p. 85-87.

VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (org.). *O Brasil Republicano*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. p. 351-386.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. De Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). Brasília: UnB, 1981. 1. ed. 1916. p. 233-234.

VIANNA, Oliveira. Minas do lume e do pão. *Revista do Brasil*, São Paulo, n. 56, p. 289-300, 1920.

_____. *Populações meridionais do Brasil: história – organização – psicologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952, v. 1, 1. ed. 1920.